

MOÇÃO S

**GANHAR AS RUAS,
AFIRMAR
O SOCIALISMO**



O travão que o crescimento eleitoral do Bloco impôs à política austeritária da direita permitiu a recuperação de rendimentos e a conquista institucional de direitos sociais. A “geringonça” foi o caminho possível para impedir o aprofundamento da austeridade e o agravamento da crise social que a política de direita promoveu e promove, ao escolher, sem hesitar, servir a dívida e os interesses do capital, em detrimento de quem cá vive e trabalha.

Foram inúmeras as conquistas do Bloco que têm impacto na vida dos e das jovens: o novo regime de contribuição dos recibos verdes que responsabiliza o patrão e alivia quem trabalha, a descida do teto da propina máxima, o regresso do passe escolar, entre outras. Porém, não nos deixamos enganar. O que a força das urnas não nos permite fazer é tarefa de quem milita e faz ativismo à esquerda: ganhar as ruas, criar movimento e maiorias sociais. Só com a força das ruas é possível ir mais longe.

De que nos serviu a turistificação e a gentrificação dos centros urbanos? Que tipo de emprego nos reserva uma legislação laboral que ainda tem o cunho da *troika*? Para quando um ensino verdadeiramente democrático e gratuito? Das lutas estudantis, contra a precariedade, das lutas feministas, às alterações climáticas, não nos conformamos perante a opressão capitalista, cada vez mais subtil nas suas estratégias, mas não menos agressiva.

No plano internacional, assistimos à queda dos partidos sociais-democratas no seguimento das consequências negativas das políticas neoliberais que implementaram. Sem uma alternativa sólida à esquerda, quem vive do seu trabalho está refém da insegurança no trabalho e da falta de proteção social e serviços públicos, encontrando refúgio no populismo de extrema-direita. Na Europa, de Órban a Salvini, são inúmeros os exemplos do crescimento da extrema-direita. Nos Estados Unidos, a eleição de Trump favoreceu os chamados *one percent* e materializou o medo e o individualismo, onde deveria haver solidariedade. No Brasil, Bolsonaro ataca direitos LGBT, do trabalho, favorece o agronegócio que ameaça os povos indígenas. Na Venezuela, Guaidó aparece como peão do imperialismo americano, numa bifurcação ilusória que impede uma solução democrática. Em Portugal, a extrema-direita espreita e cabe-nos a nós ser a alternativa sólida ao neoliberalismo e capitalismo selvagem que dilacera quem trabalha e nos divide para nos subjugar.

Juntamo-nos a quem quer construir uma alternativa e não a quem se curva perante a chantagem do sistema financeiro e dos seus peões. Queremos uma



Coordenadora Nacional de Jovens com pensamento e ativa em todas estas lutas, fomentando a organização de jovens, dando força ao Bloco para estes combates, afirmando o socialismo ecologista e feminista como alternativa ao capitalismo.

1. EDUCAÇÃO

1.1 ENSINO SECUNDÁRIO

As políticas de centro-direita sufocaram a democracia na escola com cargas horárias excessivas, objetivos desligados da realidade e ensino orientado para os exames.

A participação de estudantes nas decisões da escola é quase nula e é-lhes omitida a possibilidade de se engajarem em processos democráticos. Na maioria das escolas, os alunos e alunas não têm representação no Conselho Pedagógico ou uma Associação de Estudantes que democratize a escola.

O espaço da escola, muitas vezes com condições materiais degradadas, dificulta o convívio e a socialização entre estudantes. Tanto dentro, como fora da sala, a escola é pouco convidativa a uma participação democrática.

O ensino orientado para os exames e os currículos que mitigam um passado colonial escravagista, uma escola que ignora pessoas LGBTI, é uma escola anacrónica que nada diz a quem estuda e que não estimula a educação emancipatória.

1.2 ENSINO PROFISSIONAL

Quinze anos após o 25 de Abril, o ensino profissional rompeu com os paradigmas anteriores de educação profissionalizante em Portugal. Porém, a abertura de cursos de ensino profissional nas escolas secundárias não foi acompanhada de um plano eficaz. Marcadas pela aposta num ensino secundário com vista ao Superior, as escolas entenderam o ensino profissional como um ensino “de segunda”, canalizando para esta via quem entendem não se destinar ao Superior.

Para além disso, o ensino profissional tem trazido consigo o abuso de estágios não-remunerados com influência avaliativa. Batemo-nos por um Ensino Profissional digno que não marginalize, combatendo a sua instrumentalização como forma de triagem das camadas mais pobres e marginalizadas da população para efeitos de mão-de-obra qualificada e barata.

1.3 ENSINO ARTÍSTICO

O Ensino Artístico está cronicamente subfinanciado. Esta situação resulta da lógica do ensino “útil”, na ótica do mercado. Esta lógica tem predominado no ensino português e tem-se sentido de forma aguda no Ensino Artístico. As escolas de Ensino Artístico são geralmente caracterizadas pela falta de materiais e espaços adequados à aprendizagem, falta de docentes, turmas sobrelotadas e falhas nos métodos de avaliação.

O ensino deve valer pela capacidade de criar espírito crítico e conhecimento e não pela sua suposta utilidade ao mercado. Nesse sentido, é importante



sublinhar a relevância do Ensino Artístico e a necessidade urgente que este tem de financiamento e reconhecimento.

1.4 EDUCAÇÃO SEXUAL

A Educação Sexual é essencial na escola pública que queremos. No entanto, é frequentemente esquecida, abordada de forma púdica ou confundida com outros assuntos. A Educação Sexual tende a ser heteronormativa e atribui à mulher a total responsabilidade pela contraceção enquanto ignora o seu prazer sexual.

Consideramos que a Educação Sexual deveria combater comportamentos homofóbicos e de masculinidade tóxica e que, mais tarde, podem gerar situações de violência machista. Defendemos uma Educação Sexual inclusiva, com espaço para todas as orientações sexuais e identidades de género, uma educação para o consentimento e sexualidade livre.

1.5 ENSINO SUPERIOR

A lógica do utilizador-pagador reina no Ensino Superior em Portugal. A propina nada é senão a transferência da obrigação de financiamento do Estado para quem estuda e respetivas famílias. A “partilha” de custos entre o Estado e estudantes, introduzida com a retórica de melhoria das condições das instituições e de “justiça social”, revelou-se um mecanismo que exclui e não se reflete em melhores condições.

Batemo-nos pelo Ensino Superior público e gratuito. A descida do teto da propina máxima foi apenas uma primeira conquista. Reivindicamos a substituição da propina por fundos públicos, em todos os ciclos de estudo, através do Orçamento do Estado, de forma a manter o interesse privado fora das instituições, para que o ensino cumpra a sua função: a massificação do conhecimento e a emancipação.

O Ensino Superior tem vindo a elitizar-se e a reproduzir desigualdades sociais. É simultaneamente uma máquina de fazer trabalhadores, melhor remunerados que aqueles e aquelas que não o frequentam, e uma forma de impedir o acesso a melhores condições de vida aos que menos têm.

O sistema de propinas discrimina nos rendimentos de quem acede, ou não, acompanhado de uma ação social subfinanciada e com objetivos errados - pagar a propina e não os custos associados à frequência de um curso. Por outro lado, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) abriu as portas ao interesse privado e reduziu a representação de estudantes na gestão das instituições. A universidade-fundação veio delegar decisões importantes em entidades externas às instituições que as utilizam em prol dos seus interesses. A autonomia na academia transformou-se na limitação da qualidade e diversidade do ensino e seu potencial emancipatório. Se o RJIES iniciou este processo, o regime fundacional é o cúmulo da visão utilitarista e neoliberal para o Ensino Superior. É fundamental rever o RJIES e alterá-lo profundamente, de forma a garantir um modelo democrático para o Ensino Superior.

Rejeitamos este modelo de Ensino Superior porque o direito à educação de qualidade, democrática e gratuita não deve parar no Ensino Secundário. O



Ensino Superior deveria cumprir duas funções: o direito à educação, qualquer que seja o seu grau, numa lógica de emancipação, e a massificação do conhecimento e do acesso ao conhecimento de que toda a sociedade beneficia.

1.5.1 Praxe

A praxe está mais difundida do que nunca e presente na generalidade das instituições de Ensino Superior. Representa um corpo de valores transversal em todas as instituições: a obediência, a aceitação acrítica da hierarquia, a humilhação e uma cultura machista e homofóbica espelhada nos cânticos. Onde quer que seja, a praxe representa valores antidemocráticos e contribui para o adormecimento das lutas estudantis, inculcando uma mentalidade que convém ao sistema em que vivemos. A praxe aceita acriticamente a ordem instalada e reproduz as relações de poder do sistema capitalista. Por isso, não é de espantar a relação promíscua entre a praxe, as juventudes partidárias de direita e as associações académicas. Esta prática, afastando as e os alunos das reivindicações estudantis, aproxima-os de um ideário “anti-político” e de uma visão do Ensino Superior como mera preparação para o mundo do trabalho. A praxe é simultaneamente produto e reforço do status quo. Por isso, é necessário combatê-la com vista ao fim do conformismo no Superior.

1.5.2 Trabalhar e Estudar

Quem trabalha e estuda fá-lo por não poder dispender dos rendimentos do seu trabalho para fazer face aos seus encargos, sejam estes os estudos, familiares dependentes, entre outros. Se, por um lado, a ação social deverá possibilitar a quem estuda não precisar de trabalhar, por outro, é indispensável garantir que estes e estas estão em pé de igualdade com os demais. Defendemos a uniformização do estatuto de trabalhador-estudante nas várias instituições de ensino, bem como a obrigatoriedade da sua existência. Para além disso, são necessárias formas de combate à chantagem feita a estes e estas trabalhadoras no local de trabalho para que não recorram a este estatuto.

Quem trabalha e estuda fá-lo, em geral, em horário pós-laboral. É indispensável que os serviços das instituições e os transportes se adequem a estes horários. Tal só é possível com o investimento nas instituições, garantindo a quem nelas trabalha os direitos e remuneração necessários ao alargamento do horário dos serviços, bem como o controlo público dos transportes, pondo-os ao serviço de quem estuda à noite.

2. TRABALHO

Se o desemprego jovem em Portugal melhorou nos últimos anos, a precariedade e as suas novas formas resultam em emprego com poucos direitos e novas formas de exploração. Os estafetas da Glovo, ou da Uber Eats, os motoristas de Tuk Tuk, trabalho sem regulamentação em que o patrão tudo pode, fruto do capitalismo desenfreado, bem como quem trabalha na restauração e na hotelaria na era da turistificação, vêem o lucro das empresas crescer e o salário estagnado em valores mínimos. Salário este, muitas vezes à base de comissões, obrigando a trabalhar mais de 8h/dia por um rendimento mínimo. Estas empresas não oferecem condições laborais a quem nelas trabalha, fugindo à



lei, e pondo em risco o bem-estar de quem trabalha.

Também o setor do *call center* não tem regulação específica, nem regulamentação da profissão. O salário médio mensal de um operador diminuiu cerca de 3% nos últimos anos, as condições de trabalho deterioraram-se, mantendo-se o regime de outsourcing que deixa quem trabalha fora dos acordos de contratação coletiva das empresas para quem, de facto, trabalham. O volume de trabalho, o ritmo exigido, o horário por turnos e, muitas vezes, noturno, tornam esta profissão extremamente desgastante.

É necessária, mais do que nunca, a organização de trabalhadores e trabalhadoras precárias, quer seja em sindicatos, como em comissões de trabalhadores. Só assim será possível curvar o patronato perante a força de quem trabalha.

2.2 INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

A grande maioria das pessoas que trabalha em Ciência tem vínculos laborais precários, vivendo de bolsa em bolsa, sem estabilidade profissional, nem proteção social. Frequentemente, as instituições publicitam o seu trabalho, enquanto se recusam a integrá-las nos quadros, negando-lhes uma carreira estável e progressiva. Reconhecer a relação intrínseca entre o Ensino e a Investigação deve passar pela valorização de quem faz ciência, lutando pelo fim da precariedade. Combatemos a precariedade na ciência e defendemos a contratação destes e destas trabalhadoras, bem como o investimento em todas as áreas do conhecimento, rejeitando a ideia de que apenas o que é lucrativo merece investimento.

3. SAÚDE

3.1 SNS

O Serviço Nacional de Saúde nasceu da democracia de Abril. Defendemos um SNS que assegure a todos os cidadãos e cidadãs, independentemente da sua condição socioeconómica, o acesso a cuidados de saúde gratuitos que respondam às suas necessidades. É por se tratar de um serviço indispensável e essencial à população que o SNS deve ser mantido sob gestão 100% pública, tendo como único propósito assegurar cuidados de saúde de qualidade e gratuitos a toda a sociedade.

A Lei de Bases de 1990 colocou o Estado a financiar o setor privado, criando uma relação promíscua entre o setor público e privado. É no sentido de acabar com esta promiscuidade, de responder ao subfinanciamento deste setor, de remover barreiras ao seu acesso e de garantir condições laborais justas que defendemos uma proposta que coloque um ponto final nos negócios da saúde que subsistem à custa da sangria do SNS. Defender o SNS é defender a democracia.

3.2 SAÚDE MENTAL

O espírito de produtividade máxima está em todo o lado, da escola ao trabalho. Não respeita as nossas diferenças e impacta a nossa saúde mental. A saúde mental é o parente pobre do SNS que não consegue responder às perturbações cada vez mais comuns, como a ansiedade ou a depressão.



É urgente o investimento na saúde mental, com mais psicólogos nas escolas e instituições de ensino superior e serviços de psiquiatria com recursos humanos suficientes para acompanhar eficazmente os casos de doença mental. Só o investimento público no SNS e a preparação das escolas e instituições de ensino superior podem prevenir o agravamento de perturbações e combater o estigma que ainda impede o diagnóstico e o acompanhamento de pessoas com doença mental.

4. TERRITÓRIO

A transformação de regiões inteiras em destinos turísticos é um problema que atinge vários locais do território. Ao circunscrever a atividade económica ao turismo, as regiões tornam-se totalmente dependentes de quem controla o setor, deixando para segundo plano as pessoas que nelas habitam e trabalham.

Rejeitamos a dualidade em os grandes centros urbanos recebem todo o investimento, transformados em parque de diversões para turistas, onde o custo de vida altíssimo despeja quem vive do seu trabalho e elitiza os bairros; e uma periferia onde vive quem trabalha, com falta de habitação de qualidade a custos acessíveis e serviços de transportes privatizados e desadequados.

Para as regiões do país afetadas pelo fenómeno da sazonalidade, como o Algarve, as diferenças de densidade populacional durante as várias estações do ano intensificam os problemas da região.

Defendemos o investimento das taxas turísticas no reforço das infraestruturas essenciais para a vida das e dos moradores permanentes, bem como a regulação do setor do turismo. O território tem de servir quem nele vive e trabalha, não quem dele extrai mais-valia.

4.1 INTERIOR

Portugal é um país fraturado. De um lado, a perda de capacidade económica, a falta de acesso a serviços públicos, as elevadas taxas de desemprego e de emigração marcam já a maioria do território continental, nomeadamente o interior; do outro, o litoral que engloba as duas áreas metropolitanas, onde a densidade demográfica tende a aumentar e se acumulam as principais atividades económicas, a maior oferta de serviços, com consequências na concentração territorial do investimento.

O Estado deve assegurar investimentos públicos com a mesma qualidade e proximidade a nível nacional, para fixar as pessoas e não o contrário. As alterações climáticas têm posto em causa a segurança das populações do interior, expostas a fenómenos como as secas e as cheias, ondas de calor, problemas de saúde pública (pragas e doenças), sendo mais atingidos pelas maiores amplitudes térmicas.

O desenvolvimento do interior não pode assentar numa política que seja baseada em estruturas de trabalho temporário como call-centers ou até a própria indústria, ou em agentes turísticos como os que operam no Douro ou na Serra da Estrela, alheados das economias regionais, dependentes de grandes empresas de capital externo e sem respeitar os ecossistemas locais.

Este é o momento para uma estratégia diferente do atual modelo de



desenvolvimento que já demonstrou não ser sustentável. Queremos um modelo de desenvolvimento territorial e socialmente solidário.

4.2 MOBILIDADE

A mobilidade tem de combinar o direito ao tempo e uma política amiga do ambiente. A política de transportes comporta uma rede complexa de fatores com influência direta na vida quotidiana das pessoas: determina quanto tempo demoramos a chegar ao trabalho, à escola, à faculdade e, por isso, o tempo livre para o lazer.

Defendemos uma política de mobilidade de esquerda: o transporte coletivo que evite a utilização de combustíveis fósseis; uma rede de transportes que tenha como principal objetivo possibilitar a movimentação livre das pessoas nas mais variadas esferas da sua vida. Mobilidade à esquerda significa o controlo público da rede de transportes, pondo-os ao serviço das necessidades das pessoas e do desenvolvimento do país, fator importante no combate à litoralização e à valorização do interior. Só com uma rede ferroviária desenvolvida e diversificada se pode aproximar o país dele mesmo. Só o controlo público dos transportes permite a criação de redes e ligações que não sirvam a elitização de uns espaços e a guetização de outros.

4.3 HABITAÇÃO

O direito à habitação é posto em causa pela valorização dos interesses económicos em detrimento da salvaguarda de direitos fundamentais. É cada vez mais evidente que a produção legislativa dos últimos governos abriu portas e "legalizou" a especulação imobiliária, dando a mão ao capital e aos proprietários e gerando a crise habitacional.

As políticas públicas são escassas, não havendo uma atitude antecipatória de aquisição ou preservação de solo público, nem de alargamento de habitação social, ou a custos controlados. Por outro lado, os vistos gold, e outros benefícios fiscais, a célebre Lei Cristas do arrendamento e o agravamento dos processos de gentrificação e turistificação - causa e efeito da crise - contribuíram para o descalabro em que se encontra a estrutura habitacional. Gente sem casa e casas sem gente. Para além de propriedades devolutas, a degradação e a saturação de infraestruturas, com preços exorbitantes, são insustentáveis para quem trabalha. Nesta conjuntura, as e os jovens constituem um dos grandes grupos lesados. Não só estão excluídos da moratória que trava os despejos, como são demasiados para os poucos programas de renda apoiada. As rendas exorbitantes, os transportes caros e mal planeados, as deslocações cada vez maiores, tornam a emancipação de jovens estudantes ou trabalhadores completamente incomportável. O processo de especulação imobiliária não dá sinais de tréguas, resta-nos o combate nas ruas!

5. DROGAS

Portugal foi pioneiro na descriminalização do consumo de drogas, encarando a adição como doença e não como crime. Mas há ainda muito conservadorismo a combater. Se com 18 anos podemos consumir álcool e tabaco, ambos aditivos,



quem consome canábis continua ainda a ser estigmatizado e estigmatizada por um preconceito que ignora o conhecimento científico. Em 2018, aprovámos o uso de canábis para fins medicinais, um grande avanço para a saúde pública e que possibilitará o acesso à terapêutica que necessitam, mas não basta. A legalização da canábis recreativa é o próximo passo. A imposição de mudanças de comportamentos é ineficaz e a lógica proibicionista leva apenas a que quem consome fique refém do mercado negro e do tráfico, perpetuando a violência e elevando os riscos de adulteração.

São urgentes políticas públicas informadas e imparciais que assegurem que quem consome o faz em segurança, como as salas de consumo assistido. Apesar de estarem previstas na lei desde 2001, só agora chegaram a Lisboa, pela mão do Bloco. Esta medida tem de chegar a todo o país.

6. AMBIENTE

As alterações climáticas são a maior ameaça à sobrevivência humana e a comunidade científica é clara nesta questão - sem transição energética para energias renováveis na próxima década, provocaremos danos irreversíveis no planeta. Apesar destes factos, existe ainda uma enorme inércia no que toca a soluções capazes de travar as alterações climática, já que a decisão política está refém do interesse económico.

O capital não está interessado em combater as alterações climáticas, uma vez que não quer pôr em risco a extração de matérias primas e combustíveis fósseis que garantem o lucro, a acumulação de capital e controlo sobre a sociedade. Assim, a luta pela transição energética é uma extensão da luta de classes, sendo que só o combate ao sistema capitalista pode garantir o futuro da humanidade. Como ecossocialistas percebemos que o capitalismo não é viável num planeta de recursos limitados e que só um sistema económico socialista é capaz de construir uma sociedade sustentável, igualitária e justa. É necessário o controlo público do setor energético para dar início a esta transição, investindo nele, criando milhares de postos de trabalho. A luta ambientalista alia-se à luta pelo pleno emprego. Rejeitamos pseudo-soluções de "capitalismo verde", pois não caímos na ilusão da orientação do capitalismo por critérios ambientais e de justiça climática e social.

7. FEMINISMO

As mulheres continuam a ser violentadas e discriminadas nas suas escolas nas várias esferas da sua vida. Historicamente foi-lhes atribuído o papel de mãe e cuidadora da casa, limitadas ao espaço privado, ainda que o sistema patriarcal prefira chamar-lhe amor ou dedicação. As mulheres são sobrecarregadas com duplas ou triplas jornadas de trabalho, entre trabalho assalariado e doméstico. A libertação do trabalho doméstico - fator de distinção social - não implica igualdade de género, sendo que é geralmente delegado em mulheres pobres, muitas vezes em situação de trabalho ilegal ou irregular.

As profissões maioritariamente femininas tendem a ser as mais mal pagas e mantém-se a desigualdade salarial entre homens e mulheres nas mesmas funções, ao que acresce o assédio moral e sexual a que muitas são vítimas. A tendência a trabalhos mais precários na população feminina e o papel social



que lhe é atribuído faz das mulheres as primeiras vítimas dos ciclos económicos recessivos, obrigadas a suprimir os recuos do Estado social.

O patriarcado predomina nas instituições de ensino, alicerçando-se no conservadorismo, pondo a mulher em segundo lugar. Os currículos não incluem a história da resistência feminista a sistemas opressores, do machismo, ao fascismo e ao colonialismo. É necessária uma educação pública inclusiva que fomente a emancipação feminina.

A objetificação da mulher, tratada como mercadoria, sustenta a sociedade de consumo. Predominam os estereótipos de medidas-padrão e ideais de beleza formatados, reproduzidos por conteúdos culturais comerciais e pelos *media*.

Recusamos a política estritamente identitária e acrescentamos à luta de classes, a luta feminista, por um feminismo interseccional que combate todas as formas de opressão e exploração, sem deixar ninguém para trás.

8. LGBTI+

Vivemos numa sociedade heteronormativa, mas é importante saber reconhecer as vitórias que temos conseguido: a legalização do casamento e adoção por parte de casais com pessoas do mesmo sexo, o alargamento da Procriação Medicamente Assistida a todas as mulheres e o enquadramento legal da gestação de substituição, bem como a autodeterminação de género a partir dos 16 anos.

Apesar delas, a discriminação ainda é uma realidade que afeta as pessoas *queer*. A insegurança e o medo crescem com a ameaça aos direitos LGBTI+ no mundo. As vitórias da última década são um impulso para continuarmos a lutar pelo reconhecimento total do direito à autodeterminação de género, nas suas múltiplas identidades e expressões, pela despatologização das identidades trans, renovando o compromisso pela participação nos movimentos sociais e reivindicações pela igualdade em todas as esferas da vida, da casa, à escola, ao trabalho.

A luta LGBTI+ interseccional é uma luta pela transformação social que combate a sociedade patriarcal, heteronormativa e transfóbica. A nossa luta é uma luta com consciência de classe, anticapitalista, feminista e antirracista.

9. ANTIRRACISMO

De Trump, com a sua aversão à imigração, motivado pela intolerância, a Bolsonaro, com a sua supremacia branca e política genocida dos povos indígenas, é impossível dissociar a ascensão da extrema-direita com o crescimento de políticas racistas e xenófobas.

Em Portugal, o racismo é uma realidade, tanto social, como institucional. O sistema de ensino português perpetua o mito do “bom colonizador” e do lusotropicalismo, os jovens afrodescendentes são desproporcionalmente canalizados para vias profissionalizantes, vendo o seu acesso ao ensino superior severamente dificultado.

No que toca às forças de segurança, o racismo é negado pelos mesmos que importunam, revistam e espancam sujeitos negros sem justificação, perpetuando o tratamento diferenciado de indivíduos, dependendo das suas características étnico-raciais.



Por isso, tem de ser nossa prioridade o combate ao racismo, contribuindo para a crescente consciencialização da sociedade.

10. CULTURA

A cultura é fundamental à aprendizagem e ao lazer, não podendo ficar nas mãos de quem a limita ao uso comercial, restringendo a liberdade de criação e de usufruto. Defendemos o aumento do financiamento público para todas as áreas da cultura, a desburocratização dos processos e a facilitação do seu acesso.

Acreditamos que o acesso a obras de domínio público deve ser disponibilizado online, sem restrições por parte das instituições públicas que usam bloqueios tecnológicos para dificultar o acesso a textos, obras e documentação de foro e utilidade pública.

É igualmente importante reforçar que tradição e cultura não são sinónimos e, por isso, a tourada representa uma prática bárbara de tortura animal. Defendemos o fim da tortura animal e de qualquer tradição que mascarada de cultura propaga rituais de violência.

As vozes que se fizeram ouvir no ano de 2018 por todo o país ecoam ainda em quem luta todos os dias para sobreviver com migalhas ou ajudas mínimas. A cultura é um direito!

11. ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NO BLOCO DE ESQUERDA

A CNJ deve ter como principal papel ligar jovens das mais diferentes idades e cidades e servir como base de apoio para o desenvolvimento de iniciativas, devendo estar ligada também ligada aos movimentos sociais e participar em lutas de diferentes âmbitos.

A CNJ deve facilitar a organização de jovens por distritos e por locais de trabalho e/ou estudo, procurando que estes se organizem, dando corpo às várias lutas que o Bloco trava. Para isso, é necessário fomentar a comunicação entre jovens dentro dos distritos e evitar o seu isolamento e exclusão devido à sua localização geográfica e descentralizar iniciativas. Faz também sentido que se procure incentivar os e as jovens a desenvolver núcleos nos seus locais de estudo/trabalho, de modo a que possam organizar-se e lutar com maior eficácia. Por outro lado, a CNJ deverá impulsionar campanhas nacionais que tenham como objetivo fazer chegar a todo o país as lutas em que os e as jovens do Bloco estão envolvidas. Não somos uma juventude partidária e acreditamos que os e as jovens devem estar integradas nos vários grupos de trabalho do partido e participar de forma plena nas suas atividades. Cabe à CNJ coordenar a sua atividade com estes grupos.

É importante que a CNJ continue a fazer o esforço de chegar a cada vez mais jovens, fomentando a sua plena integração no partido, a nível nacional.

PROGRAMA 2019-2021

> Criação de um “Guia Para um Mundo Laboral Sem Direitos”. Apoio a movimentos e coletivos que militem nas causas que o Bloco de Esquerda



defende. Este apoio, logístico ou de outra natureza, terá de ser desinteressado, rejeitando qualquer tipo de controle e quebra na autonomia de cada organização;

- > Dinamização de campanhas nacionais, tais como:
 - Campanha nacional contra a precariedade;
 - Campanha nacional Ensino Secundário com vários eixos;
 - Campanha nacional pelo fim das propinas;
 - Campanha nacional antipraxex;
- > Criação de uma newsletter de 2 em 2 meses, que inclui minutas das reuniões da CNJ, Pão e Cravos, textos políticos da CNJ, eventos e contactos;
- > Organização de um debate acerca de modelos de acesso ao Ensino Superior;
- > Criação de uma rede de contactos entre a CNJ e os distritos, responsabilizando cada membro da CNJ por um ou mais distritos, estimulando a organização de jovens locais;
- > Promoção de reuniões da CNJ nos vários distritos, incentivando o contacto com militantes locais;
- > Estimulação da ligação com outros grupos setoriais do Bloco de Esquerda para construir ação conjunta: Grupo de Trabalho do Ensino Superior, Grupo de Trabalho do Ambiente, Coordenadora Nacional do Trabalho, etc;
- > Pão e Cravos
 - Continuação da publicação bimensal
 - Criação de critérios editoriais para o Pão e Cravos e publicação destes critérios na primeira newsletter do mandato
 - "Call for Papers" para o Pão e Cravos, de forma a democratizar a publicação no jornal
- > Organização de um Encontro Internacional de Jovens, convidando delegações internacionais de organizações politicamente próximas, de forma a estimular o debate e a solidariedade internacional;
- > Representação dxs Jovens do Bloco em fóruns internacionais, promovendo solidariedade e trabalho entre organizações politicamente próximas;
- > Prestação de contas anual, promovendo o escrutínio dos e das jovens sobre a CNJ;
- > Divulgação da Ordem de Trabalhos antes das reuniões da coordenadora para que os locais onde há organização possam enviar contributos para o debate ou sugerir pontos para discussão;
- > Co-participação na organização das Brigadas de Verão;
- > Manutenção da organização do Liberdade e Inconformação, tentando melhorar cada vez mais estes espaços através dos contributos de todxs xs que participam;
- > Organização de uma Conferência sobre Ensino Superior, em parceria com o Grupo de Trabalho do Ensino Superior.



LISTA S

1. Mafalda Escada, Lisboa, 10517
2. Sara Santos, Porto, 9779
3. Pedro Loução, Lisboa, 13974
4. Catarina Figueiredo, Porto, 12633
5. Mariana Olho Azul, Lisboa, 12554
6. Tomás Marques, Aveiro, 12362
7. Gabriela Morais, Porto, 13094
8. Leonor Rosas, Lisboa, 13980
9. Igor Gago, Faro, 13748
10. Miguel Martins, Braga, 13852
11. Núria Guedes, Castelo Branco, 13274

SUPLENTE

1. Beatriz Simões, Porto, 13034
2. Diogo Mendes, Setúbal, 12249
3. Diego Garcia, Viseu, 11602
4. Beatriz Farelo, Lisboa, 12474
5. Catarina Agreira, Coimbra, 12533
6. Ernesto Oliveira, Aveiro, 13065
7. Ana Sofia Oliveira, Lisboa, 13265
8. Sara Canteiro, Bragança, 13961
9. Pedro Amaral, Açores, 13254

Representante da Moção S na COC

Mafalda Escada, 10517

SUBSCREVEM:

1. Adriana Afonso, 13068, Lisboa
2. Adriana Remelhe, 14321, Braga
3. Alexandre Fernandes, 12005, Lisboa
4. Ana Isabel Silva, 13601, Porto
5. Ana Rita Ensina, 12724, Évora
6. Ana Sofia Oliveira, 13265, Lisboa
7. André Moreira, 8226, Porto
8. André Nogueira, 11211, Aveiro
9. André Oliveira, 14310, Coimbra
10. André Rocha, 14056, Setúbal
11. Andreia Quartau, 11049, Lisboa
12. António Presado, 14347, Portalegre
13. Beatriz Farelo, 12474, Lisboa
14. Beatriz Pedroso, 14261, Lisboa
15. Beatriz Simões, 13034, Porto
16. Bianca Almeida, 12256, Porto
17. Bruno Saraiva, 14308, Aveiro
18. Carlos Carvalho, 14343, Braga
19. Carolina Blu, 14212, Lisboa
20. Carolina Leite, 13055, Viseu
21. Carolina Vieira, 12407, Lisboa
22. Catarina Agreira, 12533, Coimbra
23. Catarina Alves, 11441, Porto
24. Catarina Figueiredo, 12633, Porto
25. Catarina Ramalho, 14218, Lisboa
26. Clara Borges, 14202, Castelo Branco
27. Clara Mancelos, 11456, Porto
28. Daniel Macedo, 14284, Lisboa
29. Diana Agar, 14234, Porto
30. Diana Silva, 13909, Aveiro
31. Diego Garcia, 11602, Viseu
32. Dilan Granjo, 11334, Aveiro
33. Diogo Alves, 14033, Porto
34. Diogo Amador, 13756, Lisboa
35. Diogo Mendes, 12249, Setúbal
36. Duarte Barros, 10351, Aveiro
37. Eduardo Antunes, 11907, Aveiro
38. Eduardo Couto, 13387, Aveiro
39. Ernesto Oliveira, 13065, Aveiro
40. Filipa Vieira, Aveiro, 13022
41. Filipe Pinheiro, 13629, Coimbra
42. Francisca Gonçalves, 12954, Coimbra
43. Gabriel Gonçalves, 11937, Lisboa
44. Gabriela Morais, 13094, Porto
45. Gil Rodrigues, 14067, Lisboa
46. Gonçalo Cabral Ferreira, 8568, Porto
47. Gonçalo Matos, 13299, Setúbal
48. Gonçalo Pessa, 8545, Leiria
49. Guilherme Amaro, 11875, Aveiro
50. Guilherme Gomes, 14291, Lisboa
51. Helena Martins, 13600, Porto
52. Hugo Raimundo, 12032, Lisboa
53. Igor Gago, 13748, Faro
54. Inês Bom, 10414, Setúbal
55. Inês Colaço Fernandes, 14219, Lisboa
56. Inês Melo, 12152, Aveiro
57. Inês Mendes, 13007, Lisboa
58. Inês Tavares, 9721, Lisboa
59. Izaura Solipa, 11048, Santarém
60. Jaquelina Vinagre, 10804, Aveiro
61. Joana Carranço, 14365, Lisboa
62. Joana Pires, 11465, Lisboa
63. Joana Soares, 12229, Porto
64. João Magueija, 14169, Viseu
65. João Mineiro, 6566, Lisboa
66. Jorge Albuquerque, 14282, Porto
67. Jorge Wolfs, 11634, Viseu



68. José Henrique Andrade, 14171, Açores
69. José Pedro Correia Dias, 14290, Braga
70. José Ribeiro, 12748, Aveiro
71. Kátia Reis, 13928, Viseu
72. Leandro Lagarto, 13189, Setúbal
73. Leonor Rosas, 13980, Lisboa
74. Levi Oliveira, 14068, Viseu
75. Lígia Mesquita, 14300, Porto
76. Luís Borges, 14350, Braga
77. Luís Cruz, 14240, Braga
78. Luís Monteiro, 6793, Porto
79. Luís Silva, 13145, Braga
80. Luísa Silva Gomes, 10592, Porto
81. Mafalda Escada, 10517, Lisboa
82. Mafalda Moreira Silva, 13806, Aveiro,
83. Manuel Lourenço, 12315 Lisboa,
84. Manuel Magalhães, 12520, Leiria
85. Marco Tavares, 13912, Aveiro
86. Maria Caseiro, 13030, Viseu
87. Mariana Garrido, 12097, Coimbra
88. Mariana Gomes, 10023, Lisboa
89. Mariana Lopes, 13811, Viseu
90. Mariana Olho Azul, 12554, Lisboa
91. Mariana Santos, 14004, Castelo Branco
92. Mariana Simões Rego, 10446, Porto
93. Marlene Santos, 12084, Porto
94. Marlisa Furtado, 13182, Açores
95. Marta Giesta, 9884, Porto
96. Marta Gorgulho, 13161, Lisboa
97. Marta Soares, 14216, Aveiro
98. Martim Calmeiro, 9836, Lisboa
99. Miguel Martins, 13852, Aveiro
100. Miguel Neto, 12435, Viseu
101. Miguel Van der Gard, 13571, Setúbal
102. Nâhdja Serra Firmino, 14267, Faro
103. Nélia do Carmo, 11845, Faro
104. Núria Guedes, 13274, Castelo Branco
105. Patrícia César Monteiro, 12749, Porto
106. Paula Serralha, 13470, Setúbal
107. Paulo Santos, 10615, Aveiro
108. Pedro Abrantes, 12391, Viseu
109. Pedro Alves, 10062, Aveiro
110. Pedro Amaral, 13254, Açores
111. Pedro Bento, 12185, Castelo Branco
112. Pedro Cardoso, 13932, Viseu
113. Pedro Loução, 13974, Lisboa
114. Pedro Mesquita, 13405, Castelo Branco
115. Pedro Vidigal, 14057, Lisboa
116. Rafael Boulair, 10214, Porto
117. Rafaela Almeida, 14123, Porto
118. Raquel Teixeira, 13711, Bragança
119. Raquel Wilson, 13096, Aveiro
120. Renata Rocha, 13125, Faro
121. Ricardo Caia, 14311, Évora
122. Ricardo Gouveia, 9357, Lisboa
123. Rita Sarrico, 11369, Lisboa
124. Rodrigo Coelho, 14023, Lisboa
125. Rui Ledo, 13712, Bragança
126. Salomé Ventura, 12493, Aveiro
127. Sandra Góis, 11006, Santarém
128. Sara Anselmo, 12296, Lisboa
129. Sara Canteiro, 13961, Aveiro
130. Sara Santos, 9779, Porto
131. Sérgio Veloso, 12613, Aveiro
132. Sílvia Freitas, 14342, Guimarães
133. Sofia Alves, 12288, Porto
134. Sofia Domingues, 14358 Aveiro
135. Teresa Amorim, 14320, Aveiro
136. Tomás Marques, 12362, Aveiro
137. Vera Palos, 10922, Braga
138. Vicente Ferreira, 13219, Lisboa
139. Vítor Tereso, 12799, Évora